

**INSTRUÇÃO NORMATIVA CAGE Nº 09, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016.**

Dispõe sobre procedimentos contábeis para o registro de benefícios devidos a agentes públicos e a empregados.

**O SUBSECRETÁRIO DA FAZENDA E CONTADOR E AUDITOR-GERAL DO ESTADO**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 6º, inciso VII, da [Lei Complementar nº 13.451, de 26 de abril de 2010](#), e

**considerando** o disposto no inciso XXVII do art. 2º da [Lei Complementar nº 13.451, de 26 de abril de 2010](#), que inclui, entre as funções institucionais da Contadoria e Auditoria-Geral do Estado - CAGE -, a normatização e padronização, e ou revisão dos procedimentos relativos à contabilidade;

**considerando** o disposto no art. 1º do [Decreto Estadual nº 48.344, de 6 de setembro de 2011](#), que determina aos Órgãos e Entidades da Administração Direta e Indireta da Administração Pública do Estado a adoção dos critérios e procedimentos contábeis previstos nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC -, e no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), editado pela Secretaria do Tesouro Nacional;

**considerando** os Procedimentos Contábeis Patrimoniais estabelecidos na Parte II do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP -, aprovado pela Portaria nº 840, de 21 de dezembro de 2016, da Secretaria do Tesouro Nacional - STN -, em especial os contidos no tópico 2.4. Variações Patrimoniais Aumentativas e Diminutivas;

**considerando** que, a partir de 1º de janeiro de 2017, deverão ser adotados os procedimentos para o reconhecimento, a mensuração e a evidência das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados, conforme estabelecido no Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais, aprovado por meio da Portaria nº 548, de 24 de setembro de 2015, do Secretário do Tesouro Nacional,

**EXPEDE** a seguinte Instrução Normativa:

**Art. 1º** -Esta Instrução Normativa disciplina os procedimentos contábeis a serem adotados no âmbito do Setor Governamental do Estado, a partir do exercício de 2017, relativos ao registro:

**I** -da gratificação natalina ou décimo terceiro salário;

**II** -das férias; e

**III** -dos demais benefícios devidos a agentes públicos e a empregados.

**Art. 2º** -A gratificação natalina ou décimo terceiro salário, as férias e os demais benefícios devidos a agentes públicos e a empregados serão contabilizados pela ocorrência do respectivo fato gerador, em obediência ao regime de competência, independentemente da sua execução orçamentária.

**Parágrafo único** -No caso dos benefícios devidos anualmente, considera-se ocorrido o fato gerador em cada um dos doze meses que precedem a sua concessão, à razão de 1/12 (um doze avos), contando-se as frações iguais ou superiores a 15 (quinze) dias como mês integral.

**Art. 3º** -O registro contábil poderá ser realizado com base em uma estimativa confiável do valor do benefício devido, apoiada em critério que assegure a utilização da melhor informação disponível, quando não for possível a obtenção do seu exato valor.

**Art. 4º** -A CAGE disponibilizará um guia de lançamentos contábeis para o registro das operações mencionadas nesta Instrução Normativa, constante no Manual de Procedimentos Contábeis - CAGE, disponível em endereço eletrônico.

**Art. 5º** -Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

**DOE de 28/12/2016**

**Álvaro Panizza Salomon Abi Fakredin,**

**Subsecretário da Fazenda e Contador e Auditor-Geral do Estado.**